

## ARTIGO HISTORICO

# Hospital Central da Marinha e Centro de Perícias Médicas da Marinha: passados, presentes e perenes

CMG (RM1-Md) REGIS AUGUSTO MAIA FRUTUOSO\*<sup>1</sup>  
CF (RM1-Md) GLÁUCIA REGINA DANTAS FERREIRA\*<sup>2</sup>

Resumo: Um passeio histórico pela cidade do Rio de Janeiro, atravessando os tempos heroicos da Saúde Naval. Com esta proposta, os Autores resgatam os primórdios das organizações de saúde da Marinha, na Ilha das Cobras. No passeio, a partir do Largo da Misericórdia, na Santa Casa até o Morro de São Bento, chegando ao Morro do Castelo e daí à Ilha das Cobras, descobrem as nobres origens da Medicina Naval. Segundo registros históricos, o Imperador D. Pedro II determinou que os médicos do Arsenal Real de Marinha fizessem Inspeções de Saúde de ingresso e controle de seus empregados. Neste encontro, a Perícia Médica, presente desde a origem do Hospital Central da Marinha, hoje centraliza a missão estratégica do Centro de Perícias Médicas da Marinha, que se lança ao século XXI como sensor da Saúde do Homem do Mar.

Palavras-Chave: Marinha do Brasil; Hospitais militares; História da medicina; Perícia médica

Submetido em: 06/06/2019

Aprovado em: 01/10/2019

\*<sup>1</sup>Auditor Médico-Pericial do Centro de Perícias Médicas da Marinha; Membro Titular da Academia Brasileira de Medicina Militar; Membro da Sociedade Brasileira de História da Medicina. E-mail: regisfrutuoso@gmail.com

\*<sup>2</sup>Auditora Médico-Pericial do Centro de Perícias Médicas da Marinha. Email: grdantas@terra.com.br

## INTRODUÇÃO

### Uma viagem através do tempo na Ilha das Cobras.

Esta proposta tão pitoresca começa por descortinar os primórdios da Medicina Naval no Brasil. Tempos heroicos de muitas doenças, que aqui chegavam por embarcações insalubres para os padrões de hoje. Marinheiros doentes era coisa corriqueira, e a morte de um deles era evento frequente. Como na Natureza, apenas os fortes sobreviviam...

A construção de Hospitais pela portuguesa Irmandade da Misericórdia parecia uma solução eficaz: essa foi a origem do Hospital da Santa Casa da Misericórdia.

Entretanto, apesar de muito procurado por necessitados, não conseguia oferecer um bom atendimento aos militares. Daí, nas fraldas do Morro de São Bento, surgiu o Hospital da Guarnição das Naus, que logo passou a ser temido pela população como uma fonte de doenças pelos miasmas.

Assim, fez-se necessário a transferência para o ex-colégio dos jesuítas, localizado no, hoje inexistente, Morro do Castelo sendo denominado Hospital Militar da Corte, local onde, em 1808, foi criada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica, o embrião da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Entre as fortalezas da Ilha das Cobras, após a extinção do Hospital Militar da Corte, no Morro do Castelo, surgiu o Hospital Imperial da Marinha da Corte, em 1834.

Ao ser proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, o hospital passou a ser denominado Hospital da Marinha da Capital Federal e, em 25 de setembro de 1890, Hospital da Marinha do Rio de Janeiro.

Finalmente, em 1913, passou a ser chamado Hospital Central da Marinha (HCM) com capacidade para 271 doentes em 11 enfermarias.

O Imperador D. Pedro II determinou a realização de Inspeções de Saúde (IS) nos admitidos aos quadros efetivos e, assim, a atividade médico-pericial na Marinha do Brasil (MB) teve sua origem mais remota.

No HCM, a perícia médica constituía um Departamento que coordenava as Juntas de Saúde (JS).

Com a crescente importância das atividades médico-periciais, surgiu a necessidade da criação de uma organização militar para centralizá-las e coordená-las. O Centro de Perícias Médicas da Marinha (CPMM) chega ao século XXI imponente, e lança-se ao futuro como um moderno sensor de saúde dos homens do mar, missão grandiosa, que honra a nobre origem da instituição secular de saúde naval, reconhecida por padrões de excelência na perícia médica.

### PRIMÓRDIOS DA MEDICINA NAVAL

Portugal, após o descobrimento do Brasil, somente veio a preocupar-se com a sua colônia, quando percebeu que outros países cobiçavam suas riquezas, notadamente a França e Holanda. Até então, consagrava-se às proveitosas conquistas da Índia e do Oriente, pouca atenção dispensando as suas terras americanas. Não bastava conquistar, era preciso guardar a terra.

Em 1531, fundeava no Rio de Janeiro a armada de Martin Afonso de Sousa, que vinha iniciar a colonização sistemática do Brasil, com defesas móveis (forças navais), defesas fixas (tropas de terra) e defesas permanentes (as fortificações).<sup>1</sup>

Em 1552, Tomé de Souza, o primeiro governador-geral, maravilhou-se com as belezas naturais do Rio de Janeiro, conforme revela em carta ao rei, recomendando que aqui se fizesse “uma povoação honrada e boa, porque já nesta costa são muitos os franceses [...]”<sup>2</sup>

Somente a partir de então, forças militares e seus navios de guerra partiam de Lisboa para ocupar militarmente o Brasil e, assim, defender a colônia de possíveis invasores.

Desde essa época, o Brasil sempre foi um país com alta incidência de doenças, sobretudo as infecciosas. Essas doenças eram, na maioria das vezes, introduzidas no país pelos próprios colonizadores a bordo das naus. Os tripulantes dos navios geralmente chegavam ao novo país bastante doentes, após travessias de alguns meses. Viajavam em embarcações sem qualquer conforto e com enorme dificuldade na estocagem de água potável e alimentos, o que facilitava a propagação de doenças.

A higiene era bastante precária nos navios e, por outro lado, àqueles que aqui residiam, a cidade oferecia precárias condições sanitárias, com focos de doenças até então desconhecidas. Por vezes, muitos marinheiros já embarcavam doentes e outros, pelas condições inóspitas de bordo, contraíam infecções e tinham suas condições de saúde agravadas, o que favorecia a transmissão de doenças aos demais tripulantes.

### Os primeiros militares doentes

O contingente militar que chegava ao Brasil aumentava gradativamente e, quando os militares adoeciam ou se acidentavam, eram encaminhados às propriedades de famílias abastadas para recuperação, ficando alojados

nas casas que serviam de residências aos colonos e escravos.

Os proprietários que acolhiam os militares enfermos, por vezes, recebiam indenização do governo português pelos serviços prestados, porém ao longo do tempo, vinha ocorrendo insatisfação das famílias pelo comportamento inadequado dos doentes hospedados.

A História Universal mostra o conhecimento de que em antigas civilizações, muitas vezes os doentes e feridos ficavam entregues à própria sorte.

Entretanto, observa-se que já havia uma preocupação por parte da Coroa portuguesa em proporcionar aos militares enfermos condições de recuperação do estado de saúde e manutenção da subsistência.

Para exemplificar a magnitude das epidemias que atingiam a gente do mar em 1582, aportou no Rio de Janeiro uma esquadra espanhola comandada por Diogo Flores Valdez com aproximadamente 3000 homens, sendo inúmeros os enfermos graves. Assim, foi necessário que esses homens fossem assistidos de forma imediata. O problema é que não existia um hospital e naquele tempo, toda doença grave, de caráter epidêmico, era designada pelo nome genérico de peste, assim, muitos registros da época mencionam a morte causada por peste.<sup>3</sup>

Nesse cenário tenebroso, a Coroa Portuguesa preocupada com a preservação da saúde dos militares das Forças de Terra e Mar, cujo contingente aumentava gradativamente ao longo do tempo, autorizou a construção de hospitais para proporcionar aos enfermos ou acidentados, condições de recuperação do estado de saúde.

#### **No Largo da Misericórdia: Hospital da Santa Casa de Misericórdia (1582)**

Portugal autoriza a construção do hospital pela Irmandade da Misericórdia, nos moldes do existente em Portugal. A função da Santa Casa, até então, era distribuir remédios, alimentos e agasalhos para os mais necessitados. O padre José de Anchieta desempenhou um papel importante nesse marco histórico, pois, com o auxílio da população e com a Confraria dos Irmãos da Misericórdia, foi possível construir um local adequado para que os doentes fossem abrigados e tratados.

No hospital da Santa Casa de Misericórdia, eram atendidos a população carente, os soldados, os marinheiros das guarnições das naus de guerra inclusive de outros países e presos. Por tais serviços, a Fazenda Real contribuía com numerário. Os marinheiros estrangeiros adontados, que aqui aportavam, eram tratados, graças a uma pequena taxa cobrada dos navios que atracavam.<sup>3</sup>

O hospital da Misericórdia passou a receber e tratar todos os homens do mar com a mesma dedicação, assistência e caridade com que costumava assistir aos pobres, fornecendo até mesmo mortalha e sepultura aos que falecessem.

Segundo Adolpho Morales de Los Rios, em 1587, a capitania do Rio de Janeiro possuía 3850 habitantes, assim distribuídos: 3 mil índios catequizados, 750 portugueses e 100 africanos.<sup>2</sup>

Já nessa época, as pessoas de posses preferiam cuidar-se em sua própria casa. Um chavão comum à época era dizer: "[...] como estava doente e não tinha posses, foi recolhido ao hospital".<sup>2</sup> Havia repulsa contra tudo que dizia respeito à hospitalização.

Os mendigos e escravos constituíam um grande número de necessitados que procuravam o hospital da Santa Casa, dificultando um bom atendimento aos militares. Havia, dessa forma, necessidade de um local próprio onde eles e suas famílias pudessem ter um tratamento adequado.

No caso de necessitarem de um tratamento, naquela época, os inválidos morriam na grande maioria das vezes.

Não existia perícia médica formalizada, porém, os militares doentes ou ficavam aos cuidados de famílias ou eram baixados no Hospital da Misericórdia, quando uma recuperação era provável. No caso de necessitarem de tratamento mais prolongado ou com a possibilidade de invalidez, eram embarcados na próxima nau com destino a Portugal.

A Coroa portuguesa, como dever de Estado, tinha que cuidar da saúde de seus servidores, cada vez mais fazendo-se necessário um hospital próprio para as forças militares.

Pelo regimento dos hospitais militares, que foi emendado pelo Ato de 9 de dezembro de 1695 de el-rei, além dos oficiais e praças, teriam direito a tratamento médico por conta da Real Fazenda as pessoas de família que vivessem sob o mesmo teto. Esse benefício teve grande influência na história médica militar, pelo aumento dos custos e da necessidade de um hospital próprio e maior.<sup>3</sup>

#### **Nas fraldas do Morro de São Bento: Hospital da Guarnição das Naus – 1º Hospital Militar (1727)**

Em 1727, passaram os militares doentes a ser atendidos e internados em um prédio próximo ao Morro de São Bento – Hospital da Guarnição das Naus ou da Frota – localizado na rua do Quartel da

Armada ou rua dos Quartéis, hoje Beco do Bragança.<sup>3</sup> Este beco existe até hoje e é uma das vias mais estreitas do Rio de Janeiro, situando-se em frente ao prédio do antigo Ministério da Marinha, fazendo a ligação da Rua Primeiro de Março com a Rua da Quitanda.<sup>4</sup>

Nessa época, as ruas eram estreitas e a pouca largura surgiu naturalmente para se defender contra o sol inclemente dos trópicos. A fachada de uma residência aproximava-se da casa fronteira para proporcionar alguma sombra. Este local também foi considerado impróprio, pela inexistência de ventos favoráveis, por estar cercado de muitas casas que o tornava extremamente abafado, além da vizinhança que o acusava de fonte de doenças e miasmas.

Os miasmas, também conhecidos como eflúvios pestilenciais, consistiam de vapores ou gases pútridos que emanavam de mangues, águas estagnadas, locais mal ventilados, abafados, expostos ao calor e umidade que acreditava-se ser a origem de ataques febris e das epidemias.

Nesse cenário da época, a população vivia em pânico, devido à alta mortalidade por epidemias conjugadas, tais como: varíola, tifo, diarreias, febres de etiologias diversas e desconhecidas, dando continuidade ao ciclo devastador, com um quadro terrível de flagelos e mortes.

Como a população local responsabilizava o Hospital da Guarnição das Naus como fonte dos problemas de saúde, passou-se a estudar um novo local para acolher os militares.

**No Morro do Castelo: Hospital Real Militar e Ultramar - Hospital Militar da Corte (1769)**

Os motivos acima expostos e a necessidade de instalações maiores, fizeram com que, em fins de 1768 e princípio de 1769, os militares das duas Forças (de terra e mar) e seus familiares doentes fossem assistidos no ex-colégio dos jesuítas, no hoje arrasado e transformado em Esplanada, Morro do Castelo, estabelecendo-se o Hospital Real Militar e Ultramar, também conhecido como Hospital Militar do Morro do Castelo ou Hospital Militar da Corte.<sup>3</sup>

O prédio em que passou a funcionar o hospital militar foi construído em 1567 pelos padres da Companhia de Jesus, que ali mantiveram o colégio até 1760, ano em que foram expulsos do Brasil e os seus bens confiscados pelo governo, sendo transformado em dependência da Santa Casa de Misericórdia, para o recolhimento de militares doentes e, mais tarde, em hospital militar, propriamente dito – Hospital Militar da Corte.<sup>3</sup>

Dessa forma, os padres da Companhia de Jesus foram, no começo da vida desta cidade, os médicos de nossa terra. A farmácia dos jesuítas era magnífica, pois possuía todas as espécies de remédios da época, acrescidas de ervas brasileiras, cujo poder terapêutico os padres haviam aprendido com os índios. Os jesuítas além de socorrer a população nas fazendas e lugarejos abasteciam as boticas da cidade.

Em 1769, o Conde de Azambuja, Vice-Rei na época, declinou do uso do ex-colégio para sua moradia em favor da implantação de um hospital maior, que iria proporcionar mais conforto aos militares e familiares, fazendo uma comunicação ao rei sobre as instalações:

*Ilmo e Exmo Sr. - as casas que foram colégio dos jesuítas e onde meu antecessor estava fazendo acomodação para os Vice-Reis, estão já servindo de hospital militar, conforme dei conta a sua majestade que determinava fazer, por ser o hospital antigo tão apertado para o número de tropas que, muitas vezes, para acomodar os doentes era preciso por dois em cada cama.*

*No hospital novo, não somente há a largura necessária, mas tem-se já experimentado, que os doentes morrem menos e convalescem com mais brevidade. O hospital velho, antes de se lhe dar aquele uso, servia de quartel a oficiais das naus de guerra, pelo que se está preparando para tornar a ter a mesma serventia, com o que se poupa à fazenda real os alugueres das casas que se davam aos oficiais da marinha, ..... 22 de janeiro de 1769. (a) Conde de Azambuja.<sup>3</sup>*

Em 1808, chega ao Rio de Janeiro a família real portuguesa com seu séquito de 16000 almas de todas as classes sociais e quase toda a marinha portuguesa para aqui se estabelecer, enquanto perdurasse por lá a ocupação pelo exército de Napoleão. A permanência de D. João no Brasil, como Príncipe Regente e como Rei, foi prolongada: 13 anos, mas, para o Brasil foi benéfica. O país passou a ser sede do governo e no caso particular do hospital militar, houve muitos benefícios com a nova situação.

No hospital militar, em 5 de novembro de 1808, é fundada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica – o embrião da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.<sup>5</sup>

Os médicos da época eram poucos, para exemplificar, em 1799 existiam somente 12 diplomados em todo o Brasil. Dessa forma, a população recorria a curandeiros. Nesses

tempos, acreditava-se em quebranto, feitiços, mau-olhado, superstições de tudo que é espécie e esperava-se curar os males através da utilização de orações, despachos, banhos, chás variados. Morria-se de febre, dor de cabeça, congestão, ventos empestados. Uma carta de um cidadão da época a seus familiares em Lisboa, dizia:

*tem havido por aqui muitas moléstia e mortes repentinas e muita febre e principalmente se descobriu agora certa enfermidade de garganta e narizes, tão violenta, que não chega o enfermo aos dez dias.*<sup>6</sup>

Nos surtos de doenças epidêmicas era necessário, em face do número elevado de doentes, internação em outros locais, e até em enfermarias improvisadas como, por exemplo, na Ilha das Enxadas, Ilha de Villegagnon e Ilha da Boa Viagem. Em 1811, foram enterrados, só na Igreja da Misericórdia, mais de 300 pessoas.

Os militares inválidos necessitavam de local próprio, então o Vice-Rei, Conde de Resende, em 1794, estabeleceu uma casa para abrigá-los. Atualmente não mais existe, permanecendo apenas o nome do local da instituição, numa rua no Centro do Rio de Janeiro – Rua dos Inválidos<sup>6</sup>

A Ilha de Bom Jesus, outrora chamada dos Frades, em 1705, teve concluída a edificação de um con-

vento, que serviu, de 1824 a 1832, como hospital da Marinha, depois lazareto, enquanto eram realizadas as obras do Hospital de Lázarus de São Cristóvão.

Em 1828, é sugerida a transferência do Hospital Militar da Corte para outro local por motivos diversos: dificuldade de locomoção, pois o hospital ficava localizado no alto do Morro do Castelo, com ladeiras íngremes e perigosas, ventos excessivos vindos do mar, além de odores fétidos insuportáveis, trazidos pela maré. Segundo Luís Edmundo, o Morro do Castelo, na época, no coração da cidade, era um arraial de aflição e miséria.<sup>6</sup>

Como uma das causas dessa insalubridade, deve ser lembrado que o transporte destinado aos doentes e aos mortos era uma rede suspensa por um varapau, carregado por dois escravos. Ou em cima de um burro, no interior de uma armação de ferro.

### Na Ilha das Cobras: do Hospital Imperial de Marinha da Corte ao Hospital Central da Marinha

A Ilha das Cobras, na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, próxima ao continente, em frente ao Morro de São Bento, integra o maciço do sistema orográfico de que fazem parte os Morros da Saúde, de São Bento,

do Livramento, da Vivúva entre outros, cujos picos são as ilhas que emergem da baía. Inicialmente, era uma ilha com intensa vegetação, uma ilha florestal (Figura 01). A retirada de madeira foi a primeira atividade de exploração, para reparo das embarcações, por isso seu primitivo nome, que se manteve até 1587, foi Ilha da Madeira.<sup>7</sup>

A denominação Ilha das Cobras originou-se da abundância de ofídios nesse território granítico e com muita vegetação. De forma efêmera chamou-se de Ilha das Cabras, em razão do Almirante René Duguay Trouin (1673-1736), que quando aqui esteve com sua esquadra francesa, teria lido nos documentos cabras em vez de cobras. Dessa

Figura 01 - Rio de Janeiro, com o Pão de Açúcar ao fundo, Ilha das Cobras.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 02 - Mosteiro de São Bento, visto da Ilha das Cobras.



Fonte: Arquivo da Marinha (1840)



forma, algumas cartas náuticas fazem referência a Ilha de Chèvres, ou seja, Ilha das Cabras.<sup>7</sup>

A Ilha das Cobras está registrada em carta náutica holandesa em 1622/1623 como Ilha dos Monges, provavelmente pela proximidade com o Mosteiro de São Bento<sup>1</sup> (Figura 02).

A primeira fortificação da ilha teve o nome de Fortaleza de Santa Margarida. Posteriormente, foram construídas novas fortificações: Forte de Santo Agostinho e Fortaleza do Pau da Bandeira.<sup>8</sup>

O forte de Santa Margarida, mais tarde chamado de São José, situava-se no alto da ilha. O do Pau da Bandeira no centro, e o de Santo Agostinho, mais tarde denominado de Baluarte de Santo Antônio, em homenagem ao governador da época, Antônio de Albuquerque. O Governador concluiu a obra entre 1709 e 1710, quando então foi aprimorado e artilhado com uma bateria de 4 canhões. Situava-se na ponta alongada e baixa, projetando-se na direção da Ilha dos Ratos, hoje Ilha Fiscal.<sup>8</sup>

Em 1761, o complexo formado pelas três fortificações

**Figura 03 - Rio de Janeiro, Ilha das Cobras, com vista do Arsenal de Marinha, o Mosteiro de São Bento e parte da cidade.**



Fonte: Arquivo da Marinha (1860)

**Figura 04 - No alto da Ilha das Cobras é vista a capela dedicada a São José, encravada na Fortaleza.**



Fonte: Arquivo da Marinha (1847)

**Figura 05 - Pintura de Sansão Pereira, retratando um trecho da Rua da Fortaleza, conhecida como Ladeira da Paciência.**



Fonte: Arquivo da Marinha

recebeu o nome de Fortaleza do Patriarca de São José da Ilha das Cobras. Em 1831, a fortaleza passou a denominar-se Fortaleza da Ilha das Cobras (Figura 03).<sup>8</sup>

Nessa fortaleza, com seus baluartes e calabouços, ficava encravada a Capela de São José. As fortificações portuguesas desse tipo, geralmente contavam necessariamente com um oráculo (Figura 04).

Na mesma fortaleza estiveram presos participantes da Inconfidência Mineira: o alferes Tiradentes, o poeta Tomás Antonio Gonzaga, o padre Carlos Correia de Toledo, o coronel Ignácio José de Alvarenga Peixoto e outros que conheceram as masmorras da Ilha das Cobras.<sup>1</sup>

Atualmente, a parte central e alta da ilha é ocupada pelo Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Hospital Central da Marinha, Centro de Perícias Médicas da Marinha e o Presídio Naval. Os fuzileiros navais ocupam a ilha desde 1809, quando ali se instalou a Brigada Real da Marinha, origem do Corpo de Fuzileiros Navais.<sup>1</sup>

A parte baixa da ilha é ocupada pelo Arsenal de Marinha do

Rio de Janeiro desde a década de 1930, atualmente destinado à construção, manutenção e reparo de navios e submarinos. Ainda na parte baixa, localiza-se a Diretoria do Patrimônio e Documentação da Marinha (DPHDM) e o Edifício Almirante Gastão Motta (Palácio da Intendência), com suas várias Diretorias especializadas na área de Intendência da Marinha.

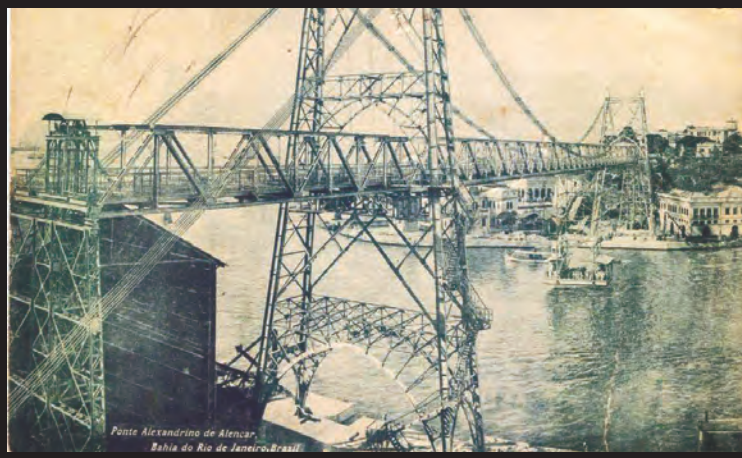
A ilha está separada do continente por um canal de 110 metros de largura e 15 metros de profundidade.<sup>7</sup>

Em 1883, a Ilha das Cobras era cortada por cinco ruas estreitas, íngremes e de calçamento e trajeto irregulares: Rua do Cais, do Dique, da Praia, do Vidal e da Fortaleza<sup>9</sup> (Figura 05).

Em 1913, foi inaugurada a ponte pênsil Almirante Alexandrino de Alencar (Figura 06), fazendo a ligação da Ilha das Cobras com o continente. Raros veículos (Figura 07), geralmente de carga, conseguiam atingir a ilha mediante o grande e moroso transportador – o minhocão – que deslizava apenso à estrutura metálica da ponte, hoje desaparecida.<sup>10</sup>

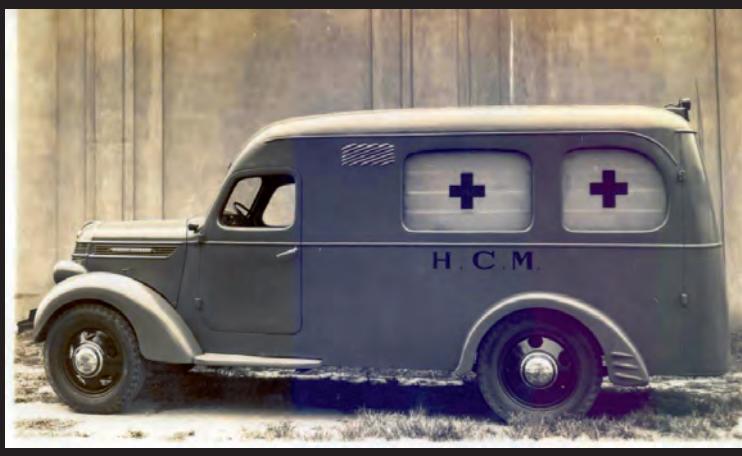
Em 1930, foi inaugurada a ponte Almi-

**Figura 06 - Ponte pênsil Almirante Alexandrino de Alencar, com o minhocão apenso a estrutura.**



Fonte: Arquivo da Marinha

**Figura 07 - Ambulância do Hospital Central da Marinha para remoção de pacientes entre a Ilha das Cobras e Continente.**



Fonte: Arquivo da Marinha (1941)

**Figura 08 - Ponte Almirante Arnaldo Luz construída para substituir a ponte pênsil Almirante Alexandrino de Alencar.**



Fonte: Arquivo da Marinha

rante Arnaldo Luz (Figura 08), para substituir a antiga Almirante Alexandrino de Alencar, que sofrera um importante desgaste pela maresia.<sup>11</sup>

A posse definitiva da ilha, para a Fazenda Nacional, ocorreu em 7 de novembro de 1910. O então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, obteve dos monges da Ordem dos beneditinos a escritura de desistência de quaisquer e possíveis direitos sobre a Ilha das Cobras.<sup>8</sup>

Por todos os fatos já narrados, a extinção do Hospital Militar da Corte do alto do Morro de Castelo resultou na criação de um novo hospital para os militares da Armada e corpo de Artilharia da Marinha na Ilha das Cobras, nas dependências da Fortaleza de São José, que ali existia, por autorização de Decreto de 9/12/1833, e ficando definitivamente instalado neste local, por Decreto de 03/03/1834.<sup>3</sup>

Até essa época, a história do Hospital Central da Marinha confunde-se com o Hospital Central do Exército, porque a origem de ambos foi a mesma. Até 1834, o Hospital Militar da



Corte recebia militares tanto do Exército quanto da Marinha.<sup>3</sup>

Após a transferência do Hospital Militar da Corte até o desaparecimento da edificação em 1922, decorrente do desmonte do Morro do Castelo, o hospital que aí existia permaneceu como hospital infantil, denominado São Zacarias, de propriedade da Santa Casa, que foi transferido posteriormente para a Ladeira do Leme, na zona sul do Rio de Janeiro.<sup>3</sup>

As atividades médicas, agora já como Hospital Imperial da Marinha da Corte, tiveram início em março de 1834, adequando seu funcionamento às novas necessidades de atendimento da família naval (Figura 09).

À época, existem registros de que o Imperador D. Pedro II determinou que médicos do Arsenal Real de Marinha fizessem as

inspeções de saúde para ingresso e controle de seus empregados.<sup>3</sup>

Pericialmente, tratando-se de concessão de benefícios, o governo, em 1841, promulgou decreto autorizando a construção de um asilo para militares inválidos, na Ilha de Bom Jesus e, em 1843, estendeu o mesmo direito aos seus dependentes.<sup>3</sup>

A Coroa portuguesa tinha o costume de oferecer uma residên-

cia ou aposentos aos servidores mais graduados que se destacavam na administração. Se aceitassem, quando licenciados de seus cargos no Brasil e manifestassem o desejo de aqui permanecer, recebiam esse benefício. Esta é a origem da denominação aposentado.<sup>12</sup>

Em 1849, é nomeado Cirurgião-mor da Armada Nacional e Imperial e primeiro Diretor de Saúde

Naval, Joaquim Cândido Soares de Meirelles, Patrono do Corpo de Saúde da Marinha.

Em 1860, o Decreto nº 2583 de 30/04/1860, do Imperador D. Pedro II, que trata sobre reforma dos Arsenais de Marinha do Império, estabelece entre outras atribuições assistenciais do cirurgião, a de realizar inspeções *nos operários e aprendizes, que tenham de ser admitidos no quadro dos efectivos, e nas companhias de artífices. Estabelece também que as inspeções que forem requisitadas pelos próprios encarregados ou operários, para obterem alguma graça do governo, estas devem ser realizadas pelas juntas de saúde, e nas províncias em que as não houver, por uma junta médica nomeada ad hoc pelo presidente da província.*<sup>3</sup>

Ao ser proclamada a república em 15 de novembro de 1889, passa o hospital a ser denominado Hospital Naval da Capital Federal (Figura 10) e, em 25 de setembro de 1890, a Hospital da Marinha do Rio de Janeiro.<sup>3</sup>

Em 1890, o Almirante Wandenkolk, primeiro ministro da Marinha no novo regime político, além de atualizar o regulamento que regia esse hospital, dando-lhe condições de desempenhar com mais

**Figura 09 - Peças de porcelana com a inscrição Hospital Imperial de Marinha da Corte, descobertas em 2000, por ocasião de obras realizadas na Fortaleza de São José.**



Fonte: Acervo do Autor

**Figura 10 - Hospital Naval da Capital Federal.**



Fonte: Arquivo da Marinha (1889)



## ARQUIVOS BRASILEIROS DE MEDICINA NAVAL

### Hospital Central da Marinha e Centro de Perícias Médicas da Marinha: passados, presentes e perenes

eficácia a finalidade para a qual foi criado, expediu o Decreto nº 683 de 23/08/1890, regulamentando o Corpo de Saúde da Armada.<sup>3</sup>

Em 1893, durante a Revolta da Armada, o Hospital da Marinha, então encravado na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, estava numa posição predominantemente estratégica e deixou de ser hospital para transformar-se em praça de guerra. Nesse período, os doentes eram evacuados para o Hospital da Santa Casa da Misericórdia e para as enfermarias do Exército.<sup>3</sup>

Na noite de 23 para 24 de novembro de 1910, dá-se a Revolta dos Marinheiros contra os castigos corporais, conhecida como Revolta da Chibata ou Revolta de João Cândido, e em 9 para 10 de dezembro do mesmo ano, ocorreu o levante do Batalhão Naval.<sup>3</sup>

Estes dois conflitos causaram grandes danos ao hospital, sendo necessária a remoção dos pacientes para a antiga Enfermaria de Copacabana, que se achava abandonada desde a transferência dos beribéricos para o Sanatório Naval de Nova Friburgo.<sup>3</sup>

A Marinha, diante do número crescente de casos de beribéri e sendo a doença considerada contagiosa à época, necessitou criar um hospital próprio para os beribéricos – a Enfermaria de Copacabana – situada no caminho que ligava a Rua Real Grandeza a Rua Barroso, atual Siqueira Campos, trajeto onde foi construído um túnel para passagem de bondes facilitando, assim, o acesso a Copacabana.<sup>13</sup>

No início do século XX, foi verificado que a Enfermaria de Copacabana não mais correspondia à

sua finalidade, pois, ao supor que se tratava de doença contagiosa, acreditava-se que os doentes necessitavam de mudança de clima. Em 22 de março de 1910, sendo Presidente da República o Dr. Nilo Peçanha, e Ministro da Marinha o Vice-Almirante Alexandrino Faria de Alencar, a União adquiriu, do Conde de Nova Friburgo, uma propriedade que foi incorporada à Marinha para nela estabelecer um sanatório para acomodar os doentes de beribéri: Sanatório Naval de Nova Friburgo.<sup>14</sup>

Em 1913, o Hospital Naval da Marinha do Rio de Janeiro, passa então a denominação de Hospital Central da Marinha (Figuras 11-19) e tinha capacidade para acolher 271 doentes, assim distribuídos nas 11 enfermarias disponíveis<sup>3</sup> (Tabela 1):

Tabela 1 – Distribuição de leitos por enfermaria

POSTO	Nº DE LEITOS	ENFERMARIA
OFICIAIS	6	1ª ENFERMARIA
OFICIAIS INFERIORES	16	2ª ENFERMARIA
PRAÇAS - MEDICINA	44	3ª ENFERMARIA
PRAÇAS - MEDICINA	44	4ª ENFERMARIA
PRAÇAS - CIRURGIA	30	5ª ENFERMARIA
PRAÇAS - PRÉ TUBERCULOSOS	6	6ª ENFERMARIA
PRAÇAS - CIRURGIA	40	7ª ENFERMARIA
PRAÇAS - ESPECIALIDADES	10	8ª ENFERMARIA
PRAÇAS - MOLÉSTIAS DA PELE E SÍFILIS	38	9ª ENFERMARIA
PRAÇAS - MEDICINA HOMEOPÁTICA	24	10ª ENFERMARIA
PRAÇAS - CIRURGIA DE OPERADOS	13	11ª ENFERMARIA

Fonte: Scavandra L., 1969.<sup>2</sup>

## ARQUIVOS BRASILEIROS DE MEDICINA NAVAL

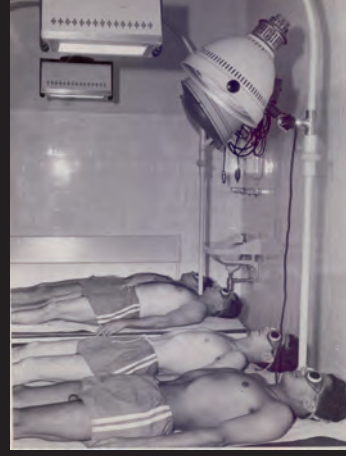
Hospital Central da Marinha e Centro de Perícias Médicas da Marinha: passados, presentes e perenes

Figura 11 – Centro Cirúrgico do HCM.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 12 - Tratamento com fototerapia no HCM.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 13 - Pórtico do HCM em diferentes épocas.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 14 - HCM - Pórtico atual.



Fonte: Acervo do Autor

Figura 15 - Fachada lateral do HCM.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 16 - Prédio da Capela e Necrotério do HCM.



Fonte: Arquivo da Marinha

## ARQUIVOS BRASILEIROS DE MEDICINA NAVAL

Hospital Central da Marinha e Centro de Perícias Médicas da Marinha: passados, presentes e perenes

Figura 17 - Interior da Capela e Necrotério do HCM.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 18 - Cinema do HCM, atualmente transformado em auditório.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 19 - Silhuetógrafo Antropométrico - Equipamento para avaliação de desvios no eixo da coluna vertebral.



Fonte: Arquivo da Marinha (1950)

A perícia médica, que coordenava os trabalhos das diversas juntas de saúde, constituía um Departamento em seu organograma.

Em 1917, foi celebrado um contrato entre o Ministro da Marinha e a Superiora Geral, Assistente, Econômica e Mordoma das Irmãs de Caridade de São Vicente de Pau-

la, Irmã Devos, para prestação de serviço de enfermagem.

A partir de 2 de janeiro de 1918, o serviço hospitalar da Armada passou a ser auxiliado por dez Irmãs da Companhia das Filhas de Caridade de São Vicente de Paula, nos serviços das enfermarias, na manipulação dos medicamentos, escrituração, lavagem de

utensílios e roupas hospitalares, além de apoio religioso aos doentes.<sup>3</sup>

As freiras residiam na área ao lado da Capela de São José (Figuras 20-21) e pela devoção mariana, entronizaram a imagem de Nossa Senhora das Graças no interior da capela e no pátio em frente aos seus aposentos. Atuaram como enfermeiras até 1978.<sup>1</sup>



## ARQUIVOS BRASILEIROS DE MEDICINA NAVAL

Hospital Central da Marinha e Centro de Perícias Médicas da Marinha: passados, presentes e perenes

Figura 20 - Pátio da Capela de São José.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 21 - Interior da Capela de São José.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 22 - Enfermaria com Irmã Vicentina, ao fundo.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 23 - Enfermaria com Irmãs Vicentinas, ao fundo.



Fonte: Arquivo da Marinha

Figura 24 - Irmãs Enfermeiras do HCM, padres e oficiais no pátio da Capela.



Fonte: Arquivo da Marinha (1960)

Figura 25 - Presépio com Irmã Vicentina e pacientes



Fonte: Arquivo da Marinha (1945)

As Irmãs Vicentinas utilizavam o hábito principal da Companhia, composto de uma espécie de chapéu (Figuras 22-25) conhecido como corneta que se assemelha a uma gaivota no seu bater de asas, um traje escuro inspirado no modo de vestir das camponesas, e avental, símbolo das servas dos pobres.<sup>1</sup>

Em setembro de 1918, surgem os primeiros casos brasileiros da célebre pandemia conhecida como Gripe Espanhola. Quatro marinheiros de um navio de guerra brasileiro adoeceram em Dakar, no Senegal, retornando ao Brasil, sendo internados em Recife.<sup>15</sup>

No Rio de Janeiro, os primeiros casos na Armada ocorreram no dia 9 de outubro de 1918, a bordo do encouraçado Minas Gerais. Os doentes do Hospital, portadores da gripe espanhola, foram transferidos para a Enfermaria de Copacabana (Figura 26) e Sanatório de Nova Friburgo. A propagação da gripe foi assustadora: três dias após os primeiros casos, já se contabilizava 732 militares doentes e, no dia seguinte, 838 casos.<sup>3</sup>

Durante a epidemia adoeceram médicos, farmacêuticos, enfermeiros e irmãs de caridade. No Brasil, a Gripe Espanhola faria a mais ilustre vítima em janeiro de 1919, quando morreu o presidente da República Rodrigues Alves.

Figura 26 - Enfermaria de Copacabana.



Fonte: Arquivo da Marinha (1890)

A Gripe Espanhola foi uma pandemia do vírus *influenza* H1N1, considerada a mais mortal da história, matando mais que a Primeira Guerra Mundial. Estima-se que aproximadamente 40 a 50 milhões de doentes da gripe foram a óbito.

Sua ocorrência já é conhecida há mais de 500 anos. Passou a ser chamada de *Influenza* a partir do século XVIII, uma vez que se acreditava, na época, que deveria existir alguma forte influência de um elemento desconhecido, astros e planetas, capazes de propagar o seu enorme contágio com fulminante rapidez.<sup>16</sup>

Figura 27 - Pavilhão Dr. Carlos Frederico.



Fonte: Arquivo da Marinha (1890)

Arq. Bras. Med Naval, Rio de Janeiro, v. 80, n.1, p. 6-21, jan./dez. 2019

Fonte: Arquivo da Marinha (1940)

Por outro lado, os casos de outras doenças infecciosas, principalmente a tuberculose, aumentavam gradativamente ano após ano, e as dependências do Sanatório Naval de Nova Friburgo e a enfermaria de isolamento do Hospital Central da Marinha já não comportavam mais esses pacientes.<sup>16</sup>

Assim, em 1940, na época o Ministro Vice-Almirante Aristides

Guilhem resolveu comprar um terreno anexo ao Instituto Naval de Biologia, no bairro Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro, e nesse local construiu o Pavilhão Dr. Carlos Frederico (Figura 27), com 150 leitos, que representava o estado da arte em instalações destinadas aos pacientes portadores de tuberculose pulmonar em estado avançado, uma patologia ainda desafiante para a época. Recebeu essa denominação, em homenagem ao último chefe do Corpo de Saúde da Armada Imperial. Assim, nascia o embrião do futuro Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD).<sup>3</sup>

Ao longo do tempo, foram criados novos serviços, clínicas e enfermarias, constituindo-se no maior hospital da Marinha do Brasil, até a inauguração do HNMD em 8 de fevereiro de 1980.

O HCM, além das suas atividades assistencial e pericial, a partir de 1978, desenvolveu a Medicina Operativa. O Centro de Medicina



## ARQUIVOS BRASILEIROS DE MEDICINA NAVAL

Hospital Central da Marinha e Centro de Perícias Médicas da Marinha: passados, presentes e perenes

Operativa passou a coordenar todos os setores operativos de saúde da MB, nas áreas de Medicina de Operações Navais de Superfície, Aérea, Submarina, Anfíbia e de Defesa Nuclear, Química e Biológica.<sup>17</sup>

Dessa forma, o Sistema de Saúde da Marinha é estruturado pelos três subsistemas: Assistencial, Pericial e Operativo.

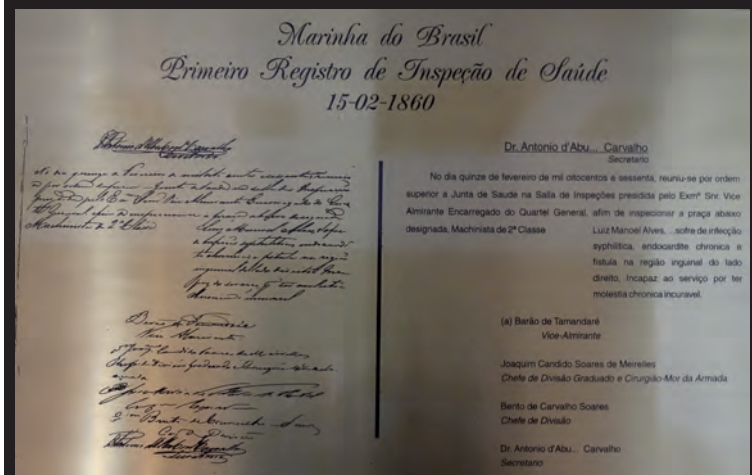
Em junho de 1998, o HCM passou à subordinação da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória e, em outubro do mesmo ano, ao Centro Médico Assistencial da Marinha.

Em 9 de maio de 2006, o Comandante da Marinha, através da Portaria nº 107/2006, passa o HCM à subordinação do Centro de Perícias Médicas da Marinha, atuando essencialmente em apoio ao Subsistema Médico-Pericial, objetivando a otimização de recursos do Sistema de Saúde da Marinha.

Atualmente, mantém clínicas médico-odontológicas para atendimento ambulatorial e presta apoio ao Centro de Perícias Médicas da Marinha.

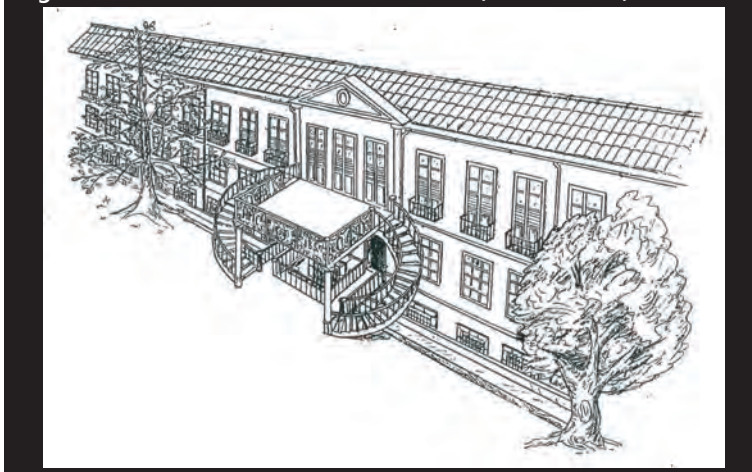
A história da Perícia Médica na Marinha do Brasil remonta ao século XIX, com a

**Figura 28 - Inspeção de Saúde realizada na Marinha do Brasil datada de 15 de fevereiro de 1860.**



Fonte: Acervo CPMM

**Figura 29 – Pavilhão Dr. Soares Meirelles (HCM – 1924).**



Fonte: Recordando<sup>18</sup>

**Figura 30 – CPMM Pórtico Atual.**



Fonte: Acervo CPMM

criação do Hospital Imperial de Marinha da Corte, instalado nas dependências da Fortaleza de São José, por meio de Decreto de 3/03/1837.<sup>3</sup>

As atividades médicas eram, entretanto, limitadas ao atendimento das necessidades da Família Naval. Há registros, contudo, de que médicos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro realizavam inspeções de saúde de ingresso e controle de saúde de seus empregados por determinação do Imperador D. Pedro II.

Em 1858, o Imperador D. Pedro II aprovou a criação da 1ª Junta Médica da Marinha Brasileira, e o Ministro dos Negócios da Marinha estabeleceu e regulamentou a Perícia Médica na Marinha, por intermédio do decreto nº 1981, de 1857, e por Aviso de 27/07/1858, com a finalidade de executar perícias e inspecionar Oficiais e Praças.

As perícias médicas eram registradas em livro, em ordem cronológica, com nome e posto ou graduação do inspecionado, enfermidade diagnosticada e conclusão de laudo médico-pericial.



Abaixo apresentamos o registro de uma Inspeção de Saúde, datada de 15 de fevereiro de 1860, a mais antiga existente nos arquivos do Serviço de Documentação da Marinha, referente a um machinista de 2ª classe, que sofre de infecção sífilítica, endocardite crônica, e fístula na região inguinal do lado direito. Incapaz ao serviço por ter moléstia crônica incurável (Figura 28).

Perante à crescente importância da Perícia Médica no âmbito do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), a Alta Administração Naval constatou a necessidade da criação de uma Organização Militar que coordenasse o Subsistema Médico-Pericial do SSM. Assim, foi criado o Centro de Perícias Médicas da Marinha, pela Portaria Ministerial nº 184, de 16/03/1995, cuja ativação ocorreu em 17/04/1995, sediada no Pavilhão Dr. Soares Meirelles, no Complexo do Hospital Central da Marinha (Figuras 29-30).

Desde a criação do CPMM, observa-se um avanço notável tanto em relação à modernização das instalações físicas, na implantação de um Sistema Pericial informatizado em todos os níveis, bem como no que concerne à consciência dos médicos quanto à identificação das doenças e das restrições físicas impostas por estas.

A informatização também proporciona, além de uma maior velocidade na fase processual da perícia, administrativamente desejável, um sensor epidemiológico por excelência, pela riqueza de informações arquivadas no banco de dados, gerando grandes benefícios à família naval.

Hoje, o CPMM desempenha o importante papel na higidez e no preparo do profissional do mar, cumprindo com afinco seu lema: Aqui se faz a prevenção do homem do mar!

## CONCLUSÃO

Ao fim de uma viagem, que começou com o Brasil ainda colônia de Portugal e se projetou ao século XXI, com o país em posição de crescente destaque nos organismos internacionais, a sensação primeira é a certeza que se navega em boas rotas.

Essa viagem no tempo desvendou aspectos da história da Cidade do Rio de Janeiro: de um hospital no morro de São Bento, que surgiu de carências específicas de assistência aos militares, o Hospital da Guarnição das Naus, considerado o primeiro hospital militar do país, passando pelo Morro do Castelo, no coração da nova cidade, já como Hospital Militar da Corte. Sua nobre origem surge, assim, como uma marca notável, desde dos primórdios.

A jovem cidade cresceu, e do Morro do Castelo foi ficando mais difícil o transporte de doentes, por ladeiras íngremes. Novas mudanças foram necessárias: a Ilha das Cobras será o novo destino.

Na Ilha das Cobras, ilha de muitos nomes, de localização privilegiada na baía de Guanabara, reunindo, por isso, um complexo de fortificações defensivas recebeu o hospital em sua parte alta, nas dependências da Fortaleza de São José. O novo Hospital Imperial da Marinha da Corte iniciou suas atividades médicas, em março de 1834.

Sua história tem ligações estreitas e nítidas com a Perícia Médica, afinal, segundo registros, o próprio Imperador D. Pedro II determinou que os médicos do Arsenal Real de Marinha, fizessem inspeções de ingresso e de controle de seus empregados.

Com os novos tempos, após a proclamação da República, em 1889, passou a ser chamado de Hospital

Naval da Capital Federal e, em 25 de setembro de 1890, de Hospital da Marinha do Rio de Janeiro.

Apenas em 1913, passou a ser chamado de Hospital Central da Marinha (HCM).

Dessa forma, desde sua criação, no HCM, a Perícia Médica constituiu, por sua importância, um Departamento. Assim, foi desde sempre uma atividade muito ligada ao HCM e, no século XXI, permanece a estreita ligação que desde a criação marcou as duas instituições.

Hoje, com suas instalações modernizadas, corpo clínico especializado, assume importância estratégica ímpar na Marinha do Brasil, o Centro de Perícias Médicas da Marinha, agora apoiado pelo Hospital Central da Marinha, que continuará a honrar a nobre origem de todas as organizações militares de Saúde da MB na Ilha das Cobras.

## REFERÊNCIAS

1. Bielinski AC. Fortaleza de São José da Ilha das Cobras da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha; 2002.
2. de los Rios Filho AM. O Rio de Janeiro Imperial. Rio de Janeiro: Univer-Cidade; 2000.
3. Scavandra L. Hospitais navais - história. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha; 1969.
4. Gerson B. História das ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lacerda; 2000.
5. Maia GD. A Nacional de Medicina, 200 anos: do Morro do Castelo à Ilha do Fundão. Rio de Janeiro: Atheneu; 2009.
6. Edmundo L. O Rio de Janeiro do tempo dos vice-reis: 1763-1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; 1932.
7. Sarthou C. Relíquias da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica; 1961.

8. Silva-Nigri CM. A Ilha das Cobras e suas fortalezas: resumo histórico documentado. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha; 1988.
9. Ermakoff G. Juan Gutierrez: imagens do Rio de Janeiro, 1892-1896. Rio de Janeiro: Marca d'Água; 2001.
10. Greenhalgh J. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história: 1763-1822. Rio de Janeiro: A Noite; 1951.
11. Vianna LF. Rio de Janeiro: imagens da aviação naval, 1916-1923. Rio de Janeiro: Argumento; 2001.
12. Beloch I, Fagundes LR, coordenadores. Da Caixa Montepio à Previ: 100 anos do maior fundo de pensão da América Latina. Rio de Janeiro: Memória Brasil; 2004.
13. Cardoso ED, Vaz LF, Albernaz MP, Aizen M, Pechman RM. Copacabana. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia: Index; 1986. (História dos bairros. Memória urbana).
14. Arêa J. 50º aniversário de fundação do Sanatório Naval em Nova Friburgo, 1910-1960. Rio de Janeiro: Graf. Nova Friburgo; 1960.
15. Toniolo Neto J. A história da gripe - a *influenza* em todos os tempos e agora. São Paulo: Dezembro Editorial; 2001.
16. Frutuoso RAM, Ferreira GRD. Síndromes febris na Marinha do Brasil do século XIX: fatos e curiosidades históricas. Arq Bras Med Naval. 2018 jan/dez;79(1):6-15.
17. Drummond MC. Medicina Operativa. O Periosteuta. 1984;(1):1-14.
18. Recordando (em homenagem à Irmã Tereza). Marinha Rev. 1951 jan/fev;4(44):8.

# Saiba por onde navegar e chegue no rumo certo.



Entenda como utilizar os formulários de saúde. Existe um para cada necessidade e especialidade.

Em breve, app SN.Doc disponível para download.

